

**Projeto de cooperação científica CAPES-COFECUB
Museu Nacional, UFRJ (Brasil) e IRIS, EHESS (França)
Janeiro de 2018 a Dezembro de 2021**

**Regimes nacionais da autoctonia. Situações autóctones e questão nacional
nas Américas e na Oceania (século 19 – tempo presente)**

Breve descrição do projeto: O presente projeto visa consolidar rede de pesquisadores de IES de excelência no Brasil e na França, formar jovens pesquisadores de alto nível em ambos países e produzir conhecimento científico sobre os regimes nacionais da autoctonia nas Américas e na Oceania (sec. 19 – atualidade)

Contexto do projeto:

O presente projeto nasceu de diálogos entre pesquisadores de IES francesas e brasileiras ao longo dos últimos anos. Estes diálogos se originaram em congressos, publicações, bancas, etc., e sempre buscaram consolidar, do ponto de vista teórico e metodológico, linhas de pesquisa no Brasil e na França que estabelecessem maior comunicação entre a antropologia e a história.

Dito isto, a proposta de pesquisa buscará revisitar a questão da autoctonia, reintroduzindo a dimensão nacional, hoje muitas vezes abandonada em prol de abordagens globais ou transnacionais. É fundamental considerar os múltiplos contextos nacionais como situações que contribuíram para que a categoria autoctonia fosse sendo forjada, definida e contestada ao longo do tempo, tanto na América como na Oceania. Apesar do direito internacional definir a autoctonia como uma categoria universal, que designa na atualidade uma identidade transnacional que engloba mais de 370 milhões de indivíduos (Salaün 2011), propõe-se aqui dar mais ênfase nas identidades situadas, no intuito de fazer justiça à diversidade dos contextos locais e nacionais e, sobretudo, à natureza eminentemente política e histórica da condição de autóctone ou indígena. Assim, a partir de estudos de caso tirados de contextos americanos e da Oceania, buscar-se-á evidenciar: como os Estados-Nacionais que se formaram a partir do final do século 18 tentaram solucionar as tensões entre seus interesses coloniais, imperiais e nacionais; e também que dispositivos (narrativos, jurídicos, políticos, culturais, etc.) eles pensaram e implementaram no intuito de incluir ou excluir, e em muitas ocasiões as duas coisas ao mesmo tempo, as populações nativas dentro de seus projetos de construção de Estado e de Nação.

Problema:

Este projeto reflete sobre os regimes nacionais da autoctonia. Considerar a categoria autoctonia a partir da questão nacional implica pensar sobre a situação colonial (Balandier, 1951); i.e., sobre a permanência de práticas neocoloniais dentro de projetos nacionais que se queriam modernizadores (Richard et. al. 2013). Estudar, portanto, as articulações entre colonial, imperial e nacional na produção das situações autóctones nas Américas e na Oceania, desde o século 19 até a atualidade, será um dos aspectos centrais deste projeto.

Estas articulações se dão a partir de modalidades variadas (Bosa e Wittersheim 2009). Nos contextos contemplados percebe-se dois processos invertidos. Os Estados criados nas Américas a partir do final do século 18 construíram fronteiras contínuas graças à “guerras de conquista” (Souza Lima 1995) contra os territórios ameríndios periféricos. Na Europa, ao contrário, tratou-se de processo de construção nacional de tipo imperial, já que os Estados europeus conquistaram territórios d’Além-Mar (Stoler e Cooper 2013).

Apesar destas diferenças continentais, o cenário é paradoxalmente muito próximo. Os atores sociais introduzidos em campo (colonos, missionários, funcionários, militares, etc.), as narrativas produzidas pelas elites políticas e homens de ciência (miscigenação, racismo, evolucionismo, progresso, etc.), as tecnologias desenvolvidas para civilizar o “Outro” (motor a vapor, armas de repetição, etc.) e as instituições criadas para administrar as populações nativas (missões, reservas, escolas, trabalho compulsório, recrutamento militar, museus, etc.) foram muitas vezes os mesmos.

Indagar essas diferenças e semelhanças permite que os regimes nacionais da autoctonia nas Américas e na Oceania sejam apreendidos em toda sua complexidade no passado e no presente. Percebe-se, por exemplo, a existência de projetos heterogêneos para legitimar a dominação. Percebe-se, também, a variedade de formas que as populações locais receberam, negociaram e contestaram esses mesmos projetos (Pacheco de Oliveira 2016, Bensa 2015). De fato, a partir da análise das formas de protagonismo (*agency*) das populações locais entende-se melhor como os regimes nacionais da autoctonia nas Américas e na Oceania passaram de narrativas utópicas de nações “mestiças” e “unificadas” à narrativas de nações “multiculturais” (Gros 2006), reconfigurando assim as relações entre Estado, nação e populações.

Considerando as dimensões das comparações contempladas neste projeto (Brasil, México, Chile, Uruguai, Nova-Caledônia, Vanuatu, Polinésia, Havaí, Kiribati), não se busca esgotar a questão, mas trazer elementos centrais para uma reflexão mais aprofundada. Para isto, estruturar-se-á o projeto em 3 eixos temáticos centrais e relacionados entre eles. A saber:

1. Historiografia comparada França-Brasil das antropologias oceanistas e americanistas;
2. Etnicidade, cidadania e governamentalidade;
3. Culturas e saberes, saberes e patrimônios.

Discussão teórico-metodológica:

Este projeto de pesquisa parte da constatação inicial sobre os usos e significados variados dos conceitos de autoctonia e indigeneidade nos diferentes contextos nacionais das Américas e da Oceania. Nestes diferentes contextos, além desta multiplicidade de sentidos para categorias bastante próximas, percebe-se também uma grande variedade na forma como a antropologia e os antropólogos se relacionaram, e ainda se relacionam, com os Estados, as populações locais e seus saberes. Para entender melhor essa multiplicidade de sentidos e de práticas, usar-se-á a comparação e a abordagem etnográfica, fortemente ancorada em dados empíricos e de arquivos, como ferramentas metodológicas centrais de análise.

A escolha da comparação como metodologia induz dois movimentos complementares. Por um lado, amparar-se em estudos de caso empíricos e em etnografias contemporâneas ou históricas sistemáticas (Bensa 2015). Por outro, circunscrever os fenômenos sociais analisados em seus múltiplos contextos espaço-temporais, no intuito de não fabricar objetos desconectados das realidades que o produziram (Pacheco de Oliveira 2016). De fato, a historicidade será a forma privilegiada para contextualizar os diversos estudos de caso que serão abordados pelos membros de ambas equipes. Tratar-se-á, neste sentido, de restituir, em toda sua complexidade, a profundidade histórica e as variadas formas de processos, lógicas e ações que produziram, e ainda produzem, os regimes nacionais da autoctonia, trazendo assim à luz a genealogia desses mesmos fenômenos até os dias de hoje. Tratar-se-á, também, de evidenciar como a disciplina antropológica participou, e ainda participa, a definir os contornos da nação e da autoctonia, ora privilegiando um discurso sobre a autenticidade, ora matizando esse mesmo discurso (Wittersheim, 2006a).

É importante destacar, de antemão, que a comparação entre os contextos nacionais da autoctonia não é tão evidente e imediato, posto que tanto nas Américas como na Oceania as situações são bastante heterogêneas e dificilmente comparáveis em si (Bayart 2010). Embora existam muitos paralelos, a realidade do Brasil ou do Paraguai indígena, por exemplo, é muito diferente da situação ameríndia de países como a Bolívia ou o Peru. No Brasil ou no Paraguai, os grupos indígenas são minorias étnicas (grupos reduzidos e muito variados linguisticamente, cultural e historicamente). Já no Peru e na Bolívia, ao contrário, Aimara e Quéchuas representam proporções consideráveis da população nacional, chegando inclusive a ocupar cargos políticos no executivo, legislativo e judiciário, imagináveis no Brasil e no Paraguai contemporâneos. A mesma coisa pode ser dita em relação à comparação da situação da Nova Caledônia e da Austrália, por exemplo. A realidade demográfica dos Kanak da Nova Caledônia (uma proporção muito reduzida em relação à população francesa, no entanto bastante alta, 40%, em relação à população total da Nova Caledônia) não é comparável com a dos Aborígenes, muito minoritários em relação à população australiana. Como se percebe, sob as categorias autóctones ou indígenas revestem-se situações variadas e uma diversidade objetiva de sociedades que se consideram e são designadas como autóctones.

Apesar destas e outras diferenças, a comparação entre os regimes nacionais da autoctonia nas Américas e na Oceania é heurística, já que ela traz alguns paralelos importantes. Por exemplo, para os povos indígenas dos Estados americanos, os processos de Independência do final do século 18 e início do século 19 não significaram, em caso algum, o fim de um tipo de relação colonial. De fato, configuraram-se novos regimes de dominação em relação aos povos indígenas, qualificados na literatura de “colonialismo interno” (Gonzalez Casanova 1963), “fricção interétnica” (Cardoso de Oliveira 1963; Pacheco de Oliveira 1988) e, mais recentemente, “formas nacionais de colonialismo” (Richard et. al. 2013). De fato, a comparação entre as populações locais do Império colonial francês e os povos indígenas dos Estados latino-americanos, colocada como uma questão doravante “doméstica” (Salaün 2013: 12), encontra muitos ecos com o destino das populações ameríndias e quilombolas da Guiana, dos Polinésios e dos Kanak; um

destino construído no âmago das ideias universalistas da República francesa. Na Nova-Caledônia, por exemplo, o movimento de emancipação política dos Kanak dos anos 1980 deve ser entendido, não apenas como um movimento nacionalista, mas também como uma luta de “descolonização interna” dentro do Estado-Nacional francês (Salaün, 2013 : 11).

Dito isto, vale a pena ressaltar que a comparação também será usada como ferramenta metodológica para se pensar, reflexivamente, a trajetória histórica da nossa própria disciplina: a antropologia. A comparação das tradições americanista e oceanista por exemplo, que será realizada desde a longa experiência e atuação de cada um dos membros brasileiros e franceses das equipes do projeto como antropólogos, permitirá confrontar tanto a história de tais tradições como os contextos institucionais de consolidação da disciplina e de produção de saberes antropológicos. Desta forma, tratar-se-á de evidenciar como a disciplina antropológica participou, e ainda participa, a definir os contornos da nação e da autoctonia, ora privilegiando um discurso sobre a autenticidade, ora matizando esse mesmo discurso (Wittersheim 2006a).

Tratar-se-á, assim, de lançar um olhar historiográfico cruzado sobre os campos oceanistas e americanistas na França e no Brasil para tentar compreender como eles foram se configurando e se transformando ao longo do tempo, desde o século XIX até os dias de hoje. Para isso, inspirados na proposta de Bensa e Pouillon, buscar-se-á perceber “as relações entre os textos” antropológicos e “as experiências que os produziram” (Bensa et Pouillon 2012: 13). Esta abordagem sócio-histórica (Noiriel 1991) e à contrapelo, “*par le bas*”, permite, entre outras coisas, matizar a ideia de um trabalho de campo (ferramenta metodológica por excelência da antropologia) “mágico” e “fechado” e permite também refletir sobre as dimensões cotidianas, práticas, políticas, éticas e epistemológicas envolvidas no trabalho do antropólogo. Tendo em vista que as ferramentas de trabalho do antropólogo se transformam constantemente diante das novas situações que ele e seus interlocutores se confrontam em campo (Agier 1997), tratar-se-á de interrogar, de forma comparada e a partir das experiências dos membros de ambas equipes, o que significa ser e se tornar um antropólogo no Brasil, no México, no Chile, no Uruguai, na França, na Austrália, etc.

As histórias da antropologia no Brasil e no México, por exemplo, são ilustrativas, já que elas representam duas tradições fortemente preocupadas e engajadas com o processo de construção dos Estados-Nacionais, *nation-building anthropology* (Stocking Jr. 1982). Suas teorias legitimaram boa parte das políticas públicas que tinham as populações indígenas como alvo. O contexto francês, ao contrário, é menos solicitado pelos poderes públicos, uma vez que tal engajamento, ao fim e ao cabo inevitável (Faavret-Saada 1995), é visto e associado ao “comunitarismo” (Amselle, 2012). A herança republicana na França faz que a noção de multiculturalismo, e portanto os direitos diferenciados a ela associados, seja muito criticada. A identidade mais acadêmica e menos aplicada da tradição antropológica francesa decorre, em algum sentido, de uma história singular da disciplina, derivada da filosofia por um lado e das ciências naturais por outro. Nas Américas, ao contrário, e mais especificamente no Brasil e no México, a antropologia se desenvolveu de mãos dadas com outras tradições de conhecimento, como é o caso

do indigenismo, definido como um fenômeno ao mesmos “*político, social, literário e artístico que pensa o Índio como uma problemática nacional*” (Favre 2009: 7).

De forma resumida é possível dizer que a grande diversidade de situações que será analisada pelos membros das equipes parceiras graças à comparação de estudos de caso empíricos tirados do Brasil, Chile, México, Uruguai, Nova Caledônia, Havaí, Polinésia, Vanuatu, Kiribati, etc., permitirá, por um lado, que se renove os estudos antropológicos sobre os regimes nacionais da autoctonia nos contextos da Oceania e das Américas. Essa comparação permitirá enfatizar, por outro, elementos do objeto de análise que ficariam menos visíveis de outra forma (ou permaneceriam até mesmo invisíveis sem a possibilidade de distanciamento que o método comparativo permite), revelando, assim, analogias pouco evidentes devido às diferenças das histórias nacionais no que tange as relações entre Estados, antropólogos, populações indígenas e seus saberes.

Objetivos gerais:

1. Constituir uma rede internacional de pesquisadores entre a França e o Brasil;
2. Formar doutores e pós-doutores através de intercâmbio científico;
3. Produzir e difundir na França, no Brasil e outros países conhecimentos novos sobre a autoctonia.

Objetivos específicos:

1. Favorizar o intercâmbio e as discussões em reuniões, seminários, workshop e congressos organizados durante as missões de trabalho tanto na França como Brasil ;
2. Organizar seminários nas instituições francesas e brasileiras parceiras com conteúdos previamente coordenadas e convidar os pesquisadores franceses e brasileiros em missão a exporem suas pesquisas;
3. Aprofundar, inovar e compartilhar métodos pedagógicos de transmissão dos conhecimentos antropológicos ;
4. Fomentar enfoque crítico dos 3 eixos do projeto: Historiografia comparada das antropologias oceanistas e americanistas; Etnicidade, cidadania e governamentalidade; Culturas, saberes e patrimônios.

Produtos propostos:

1. Criar espaço virtual de trabalho para compartilhar documentos (artigos, livros, etc.) e facilitar a comunicação à distância;
2. Organizar grupos de trabalho, simpósios temáticos, mesas redondas, etc., durante congressos no Brasil (p. ex., ABA, RAM, ANPUH, etc.) e na França (EASA, etc.) ;
3. Organizar workshops durante às missões de trabalho dos membros franceses da equipe. Um primeiro para implementar o projeto e 3 outros em torno aos 3 eixos temáticos do projeto
4. Elaborar publicação coletiva (dossiê temático) em revista científica indexada no Brasil e na França.

Cronograma

2018 (Ano 1)

Meta 1: Organizar e realizar o primeiro workshop cujo objetivo será implementar o projeto, discutindo e aprofundando os objetivos gerais e específicos do mesmo.

Atividades relacionadas à meta 1:

- Criar espaço virtual de trabalho para compartilhar documentos (artigos, livros, etc.) e facilitar a comunicação à distância;
 - Realização de 2 missões de trabalho à França (falta definir quem vai viajar);
 - Realização de 2 missão de estudo (falta definir quem vai viajar);
 - Participação dos docentes e discentes das equipes nos seminários regulares das instituições parceiras.
-

2019 (Ano 2)

Meta 2: Organizar e realizar o segundo workshop cuja temática se refere ao primeiro eixo do projeto: Historiografia comparada França-Brasil das antropologias oceanistas e americanistas

Atividades relacionadas à meta 2:

- Realização de 2 missões de trabalho (falta definir quem vai viajar);
 - Realização de 2 missão de estudo (falta definir quem vai viajar)
 - Participação dos docentes e discentes das equipes nos seminários regulares das instituições parceiras ;
 - Organização de 1 simpósio ou grupo de trabalho durante congresso a ser definido.
-

2020 (Ano 3)

Meta 3: Organizar e realizar o terceiro workshop cuja temática se refere ao segundo eixo do projeto (Etnicidade, cidadania e governamentalidade)

Atividades relacionadas à meta 3

- Realização de 2 missões de trabalho (Falta definir quem vai viajar);
 - Realização de 2 missão de estudo (falta definir quem vai viajar)
 - Participação dos docentes e discentes das equipes nos seminários regulares das instituições parceiras ;
 - Organização de 1 simpósio ou grupo de trabalho durante congresso a ser definido.
-

2021 (Ano 4)

Meta 4: Organizar e realizar o quarto workshop cuja temática se refere ao terceiro eixo do projeto (Culturas e saberes, saberes e patrimônios).

Atividades relacionadas à meta 4:

- Realização de 2 missões de trabalho (falta definir quem vai viajar);
- Realização de 2 missão de estudo (falta definir quem vai viajar)
- Participação dos docentes e discentes das equipes nos seminários regulares das instituições parceiras ;
- Elaboração de publicações individuais e coletivas (dossiê temático) em revista científica indexada no Brasil e na França.

Composição das equipes

Brasil :

João Pacheco de Oliveira, PPGAS-MN-UFRJ (coordenador)
Antonio Carlos Souza Lima, PPGAS-MN-UFRJ
Edmundo Marcelo Mendes Pereira, PPGAS-MN-UFRJ
Maria Macedo Barroso, IFCS-UFRJ
Sidnei Clemente Peres Sidnei, UFF
Pablo Antunha Barbosa Pablo, posdoc PPGAS-MN-UFRJ;
Tonico Benites, pos-doc PPGAS-MN-UFRJ;
Luiz Henrique Eloy Amado, doutorado PPGAS-MN-UFRJ
Rafael Santana Gonçalves Andrade, doutorado PPGAS-MN-UFRJ
Ana Francesca Repetto, doutorado PPGAS-MN-UFRJ
Fernanda Caroline Cassador Costa, doutorado IFCS-UFRJ
Monique Rodrigues Carvalho, doutorado UFF

França

Alban Bensa, EHESS (coordenador)
Marie Salaün, Universidade Paris 5
Michel Naepels, IRIS-EHESS/CNRS
Benoît Trépied, IRIS-EHESS
Éric Wittersheim, IRIS-EHESS
Julie Métais, pos-doc
Guigone Camus, pos-doc
Manon Capo, doutorado IRIS-EHESS
Daniele Inda, doutorado IRIS-EHESS
Karolina Kania, doutorado IRIS-EHESS
Anna Pomaro Anna, doutorado IRIS-EHESS
Nathalie Portilla Hoffmann, doutorado IRIS-EHESS